

# As Interferências Externas e a Manutenção da Ordem Pública no Haiti

## External Interferences and Maintenance of Public Order in Haiti

Vanessa Braga MATIJASCIC\*

**Resumo:** Este trabalho discutirá quais atores interferiram em assuntos internos do Estado haitiano ao longo da história, sobretudo, detendo-se a década de 1990. Analisaremos o perfil das forças militares e policiais que se constituíram no país, como elemento importante para compreender que, muitas vezes ao invés de proteger os cidadãos, as mesmas forças auxiliaram para que houvesse a opressão, instabilidade e insegurança para a maioria da população haitiana. Ao final, realizaremos o balanço das atividades internacionais promovidas pelas organizações internacionais na década de 1990.

**Palavras-chave:** Intervenções militares – Haiti – Segurança interna.

**Abstract:** This paper will discuss which characters interfered in internal affairs in Haiti over the history, especially in the 1990's. We will analyze the profile of the military and police forces which established in the country, as an important element to understand that, many times, instead of protecting citizens, the same forces helped to have oppression, instability and insecurity for most of Haitian population. Finally, we will hold the balance of the activities promoted by international organizations in the 1990's.

**Keywords:** Military interventions – Haiti – Internal security.

O Haiti ainda é hoje um país que apresenta inúmeras dificuldades para superar a miséria, combater a corrupção e prover segurança à população. Dados do Relatório de Desenvolvimento Humano 2010, elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), revelam que o país está na 145ª posição<sup>1</sup> (PNUD, 2010, p.142), sendo a Noruega o país em primeira colocação e o Zimbábue em última colocação<sup>2</sup>. Tais circunstâncias revelam a problemática conjuntura econômica e a carência em atrair investimentos externos ao país, pois um dos motivos alegados pelos países doadores, como França, Estados Unidos, Canadá e Comunidade Europeia, é que o investimento privado necessita de segurança e estabilidade para possibilitar abertura de negócios. Sendo assim, os países acreditam que as autoridades locais devem prover esforços para alcançar esse patamar e impedir que haja a fuga de investimentos. A conjuntura de 2004, não é muito distinta daquela de dez anos atrás, quando houve o desembarque de tropas multinacionais autorizadas pelas Nações Unidas e cujo controle militar da operação foi designado aos Estados Unidos. É também no início da década de 1990 que existiu grande instabilidade e maciça fuga de capital e investimento estrangeiro tendo em vista o contexto interno do país.

---

\* Mestre em Relações Internacionais pela UNESP. Doutoranda em História - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais - UNESP - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Campus de Franca, CEP: 14409-160, Franca, São Paulo - Brasil. E-mail: [monalisavbm@gmail.com](mailto:monalisavbm@gmail.com)

Contudo, percebemos nos argumentos dos países doadores o ceticismo e a incompreensão política da comunidade internacional quanto à conjuntura interna haitiana. De 2006 até 2010, o governo transitório tentou lidar com os obstáculos latentes para prover serviços públicos à população, porém, frequentemente deparou-se com os problemas de origem econômica aqui mencionados, bem como teve dificuldades para extirpar uma característica: a corrupção praticada por diversos funcionários em muitas instituições do país. Segundo dados da Transparência Internacional, o Haiti está em 146ª posição de países com elevada corrupção dos 178 avaliados<sup>3</sup> (IPC, 2010, p.03). Com esses elementos, é interessante questionar se a responsabilidade para a existência de tais números recai apenas na debilidade dos governos haitianos para cumprir com as disposições constitucionais<sup>4</sup> ou se é possível elencar outros atores.

Ao longo da década de 1990 e até o atual período, o país caribenho recebeu diversas operações de manutenção de paz das Nações Unidas. No total, são cinco operações<sup>5</sup>. Aquelas da década de 1990 dedicaram-se a cumprir o mandato do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) que autorizou, sobretudo, a criação e o treinamento da primeira polícia civil do país. Para que possamos nos ater a esse ponto, ainda sobre essa força policial, a Polícia Nacional Haitiana (PNH), nas atribuições do mandato aprovado em 30 de abril de 2004 da Missão das Nações Unidas para a estabilização do Haiti (MINUSTAH), consta no artigo 7º, inciso I, que a MINUSTAH deveria (S/RES/1542):

(b) ajudar o governo de transição a reestruturar e acompanhar a reforma da Polícia Nacional Haitiana, em conformidade com normas democráticas de policiamento, nomeadamente através da habilitação e certificação de seu pessoal, aconselhando sobre sua reorganização e formação, incluindo formação para questões sobre gênero, bem como supervisão e treinamento de membros da Polícia Nacional Haitiana;

(c) assistir ao governo de transição, particularmente Polícia Nacional Haitiana, com sustentável programa de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração (DDR) para todos os grupos armados, incluindo as mulheres e crianças associadas a tais grupos, assim como controle de armas e medidas que tragam melhorias à segurança pública;

(d) auxiliar no restabelecimento e manutenção do primado da lei, segurança e ordem pública no Haiti por meio da prestação de serviços *inter alia* à Polícia Nacional Haitiana e à Guarda Costeira do Haiti, assim como aprimorar o fortalecimento institucional, corrigindo as imperfeições do sistema; [...]

(f) proteger civis sob ameaça iminente da violência física, [...] sem prejuízo das responsabilidades do governo de transição e das autoridades policiais.

Destacamos sobre esse trecho do mandato que, ao mencionar a reestruturação da PNH e a existência de ambiente violento, há indícios que sinalizam que as operações de manutenção de paz das Nações Unidas anteriores possivelmente não conseguiram prover treinamento adequado a PNH para que a mesma estivesse apta a lidar com os desafios da manutenção da ordem pública no país. Porém, qualquer observação sobre a responsabilidade da atual conjuntura no Haiti deve equilibrar fatores externos e internos. Assim, no primeiro momento, pretendemos discutir brevemente a história política do país para que se compreenda como a violência foi uma variável constante e cuja responsabilidade desse resultado pode ser atribuída à condução dos diversos governos que, em sua maioria, pouco contribuiu para amenizar o sofrimento da população, por diversas vezes refém da violência dos grupos civis armados ou da repressão de regimes políticos autoritários. A opção que contempla essa parte do estudo é a revisão bibliográfica de obras de pesquisadores e estudiosos que se empenharam nesse campo do conhecimento. No segundo momento de nossa discussão, buscaremos responder quais atores políticos e internacionais estiveram envolvidos com a criação e o treinamento da força policial no início da década de 1990. Se a polícia haitiana deveria prover um ambiente de segurança à população, o que fez com que a mesma não assegurasse a realização dessa meta, como constatamos no mandato da MINUSTAH? Quais critérios nortearam o recrutamento e a seleção de policiais? Qual é o perfil da PNH? Quem foram os primeiros integrantes? Que treinamento receberam? A qual burocracia estatal a mesma esteve subordinada para acatar ordens? Por que existiu a necessidade de reestruturar a PNH após as quatro operações da década de 1990 dedicarem esforços, sobretudo, para prover treinamento aos policiais haitianos? Essas são as perguntas que nos permitirão buscar respostas que razoavelmente contemplem a hipótese de relativizar o corrente discurso da comunidade internacional de que a responsabilidade pela atual conjuntura no Haiti é exclusiva dos governos haitianos que exerceram mandato ao longo das últimas duas décadas. Pretendemos compartilhar a referida responsabilidade com os países e organizações intergovernamentais que estiveram envolvidos com a recuperação das estruturas do Estado haitiano e o auxílio ao desenvolvimento do país caribenho. A limitação para buscar fontes primárias a todos os acontecimentos é uma constante nesse estudo. Porém, fontes secundárias, discursos políticos e relatórios de agência internacionais permitiram uma avaliação parcial. O amadurecimento da avaliação exposta nesse trabalho virá com o descobrimento de novos dados de nossa autoria ou de outros estudiosos que se debruçam sobre o assunto.

A independência declarada em 1804 não rompeu plenamente com a estrutura social da ex-colônia francesa. A grande desigualdade entre segmentos sociais persiste, embora em diferente conjuntura, por mais de duzentos anos. Dessa maneira, acreditamos que seja prudente amparar nossa futura análise tendo o contexto da estrutura colonial como propulsor das rebeliões que levaram à independência e das disputas pelo poder. Para amparar essa visão sobre a sociedade colonial do Haiti do século XVII, Eric Williams (1970) analisou a estrutura dessa sociedade dividindo-a em cinco grupos. No topo da hierarquia estavam os “grandes brancos” que eram os proprietários e comerciantes de monoculturas. No segundo grupo estavam os funcionários da monarquia francesa. O terceiro era constituído pelos “brancos pobres” que eram homens de ofício de baixa remuneração, como professores e artesãos. Esses três primeiros grupos somavam um total aproximado de 40 mil pessoas. Em seguida, a sociedade colonial se dividia entre mulatos (ou escravos libertos) e negros (escravos). Os escravos libertos totalizavam 28 mil pessoas. Eram cidadãos livres que não tinham o mesmo status social e direitos políticos desfrutados pelos brancos (franceses ou descendentes). Por último, a mais ampla camada social reunia mais de 452 mil escravos<sup>6</sup> (WILLIAMS, 1970 apud FARMER, 2006, p. 58).

Diante desse quadro social e segundo C.L.R. James, a desigualdade da sociedade de Saint-Domingue tornou-a propensa ao desencadeamento de rebeliões (JAMES, 1980 apud FARMER, *Ibid.*, p. 59). James destaca que, já nas últimas décadas do século XVIII, ocorreram revoltas de escravos na região norte da colônia, mas afirma que a Revolução Francesa foi o fator decisivo para desestabilizar a antiga estrutura social de Saint-Domingue. Naquele momento, os grandes proprietários e comerciantes aproveitaram-se do contexto convulsivo da metrópole para assumir o controle da Assembleia Colonial e excluir os mulatos e os “brancos pobres” de qualquer participação no processo decisório<sup>7</sup>. Os grandes proprietários romperam também com a subordinação de Saint-Domingue à Assembleia de Paris.

Em 1791, insatisfeito com a vigência daquele *status quo* mantido pelos grandes proprietários de terra, um grupo de mulatos (escravos libertos de primeira geração) incitou a revolta de escravos. Aproximadamente de 300 a 400 escravos participaram da insurgência liderada pelos escravos libertos. Porém, a insurreição foi controlada pela milícia colonial. Mesmo diante da primeira investida fracassada, outras rebeliões foram organizadas e proliferaram-se pela colônia tomando proporções cada vez maiores.

Nesse contexto de rebeliões, Toussaint L'Overture ficou conhecido por liderar a principal revolta dos escravos e declarou-se "Tenente Governador" (JAMES, 1980 apud FARMER, *Ibid.*, p. 61) em 1796. Aproveitando-se da fragilidade política da França para controlar as revoltas coloniais naquele momento, Toussaint L'Overture, ao assumir, estabeleceu novas diretrizes para o Haiti. O líder propôs substituir a mão-de-obra escrava pela remunerada e exigiu a quebra do monopólio comercial francês para expandir relações comerciais com a Inglaterra e com os Estados Unidos. Além disso, defendeu a expulsão de autoridades francesas.

C.L.R. James (1980) explica que, após a França estabilizar-se politicamente em 1801, Napoleão Bonaparte enviou uma missão militar liderada pelo capitão-general Leclerc para conter as revoltas da colônia francesa e retirar Toussaint L'Overture do papel de liderança que exercia. A tropa francesa foi composta por 28 mil homens. Entre estes estavam franceses e mercenários poloneses, dinamarqueses, prussianos e suíços. A expedição capturou o líder e mandou-o para a França, onde faleceu no cárcere. Após a prisão do antigo líder, o haitiano Jean-Jacques Dessalines conduziu a retomada das rebeliões. Integrantes das tropas francesas e mercenárias morreram na guerra e muitos sucumbiram a doenças tropicais, como a febre amarela. Até mesmo o próprio capitão-general Leclerc foi acometido pela doença e morreu em 1802. Naquele momento, a França não dispunha de número suficiente de soldados para enviar outra missão a Saint-Domingue, porque estava em guerras napoleônicas na Europa. Assim, o intento francês para conter a rebelião na colônia fracassou e Saint-Domingue declarou independência em 1804.

Uma vez conquistada a independência, os líderes da insurgência haitiana necessitavam que outros países reconhecessem o mais novo território autônomo caribenho. Contudo, a independência política do Haiti representou ameaça aos interesses políticos e econômicos das potências europeias, pois temiam que o acontecimento estimulasse outras colônias a lutar por emancipação. A França foi a primeira, entre outras potências, a negar o reconhecimento imediato da independência do Haiti.

Embora pretendesse reaver a posse da colônia, o contexto das guerras napoleônicas dificultou que a França pensasse em reconquistá-la de imediato. Paul Farmer afirma que o governo francês contemplou o reconhecimento político do Haiti em 1824, mas sob a condição de que o país pagasse uma indenização no valor de 150 mil francos (FARMER, 2006, p. 67). O considerável valor correspondia ao interesse francês em deixar o Haiti na dependência econômica da França para que pudesse

desfrutar de facilidades comerciais bilaterais. Ainda nas palavras de Paul Farmer, os dirigentes do Haiti decidiram ampliar parcerias comerciais para vender produtos agrícolas para que tal quantia fosse paga. A Inglaterra ofereceu a primeira parceria comercial após a independência e os Estados Unidos já eram um tradicional parceiro desde a época de Haiti colônia<sup>8</sup>.

O poder manteve-se centralizado na minoria de escravos libertos de primeira geração para assegurar privilégios e defesa de interesses para essa elite, explorando o trabalho nas lavouras da grande parcela dos haitianos que perceberam poucas mudanças nas condições de qualidade de vida no novo momento de liberdade formal. Ao longo dos anos, os conflitos sociais emergiriam, sendo que a crônica dependência econômica deixou as convulsões sociais mais tensas.

Ao final do século XIX e início do século XX, as constantes disputas internas pelo poder contribuíram para que o Haiti estivesse vulnerável a interesses externos. Os dirigentes políticos haitianos pediram diversas vezes intervenções de outros países para conter revoltas populares. Tal medida viabilizou a presença da França, Inglaterra, Alemanha e Estados Unidos no território.

Para evitar que outra potência europeia ocupasse o país, além de buscar a concretização dos próprios interesses, os Estados Unidos decidiram intervir militarmente entre os anos de 1915 e 1934. Nos anos de intervenção norte-americana, a tradicional elite foi escolhida para conduzir o poder e os Estados Unidos criaram as *Gendarmerie d'Haïti*, em 1915, para conter rebeliões e manter a ordem interna. Essa força militar com funções policiais foi treinada para exercer o monopólio da violência de forma profissional (apolítica). Entretanto, após a retirada das tropas dos Estados Unidos em 1934, as *Gendarmerie d'Haïti* revelaram-se estar muito distante desse objetivo.

#### *Do Novo Período "Democrático" Ao Ditatorial: raízes da crise de 1986*

Entre os anos de 1934 e 1956, vários presidentes assumiram a presidência do país. Stênio Vincent (1930-1941) foi o último presidente do período da intervenção norte-americana cujo tempo de mandato foi estendido pela adoção de várias medidas autoritárias. Entre elas, transferiu toda autoridade de poder de decisão das questões econômicas do legislativo para o executivo por meio de um plebiscito<sup>9</sup>. Também fez com que uma nova Constituição fosse aprovada, na qual constou a autorização dada ao poder executivo para reorganizar o judiciário, conferir plenos poderes ao presidente para

indicar 10 dos 21 senadores e recomendar a posse de 11 deputados<sup>10</sup>. Sténio Vincent pretendia seguir para o terceiro mandato em 1941, mas foi “aconselhado” a desistir dessa ideia pelo governo Roosevelt. A centralização de poder também desagradou àqueles que estavam nos altos comandos das *Gendarmerie d’Haïti*. Diante dessa conjuntura, o governo dos Estados Unidos transferiu a presidência do Haiti de Sténio Vincent para Elie Lescot (HAGGERTY, 1991, p.228).

Elie Lescot (1941-1946) também não obteve êxito no seu mandato: tornou-se extremamente impopular pela supressão da liberdade de imprensa e perseguição da oposição política. O perfil autoritário do presidente decorreu em medidas que deixaram a população descontente e mobilizada para organizar greves e protestos. Esses fatores, somados à falta de habilidade do presidente em lidar com as *Gendarmerie d’Haïti*, tornaram a continuidade de seu governo insustentável. A renúncia foi anunciada em 1946 (HAGGERTY, loc.cit.).

Nas palavras de Richard A. Haggerty (1991), em 1946 as *Gendarmerie d’Haïti* assumiram o poder como instituição. A junta militar agilizou o processo para organizar eleições parlamentares em maio do mesmo ano. O momento era bastante delicado: as *Gendarmerie d’Haïti* não poderiam dar apoio a um candidato da tradicional elite haitiana, pois a população não acataria a escolha, rebelando-se. Dessa maneira, a solução encontrada foi apoiar um candidato popular e de perfil político moderado. Dumarsais Estimé (1946-1950) reuniu algumas dessas características consideradas importantes pelas *Gendarmerie d’Haïti*, como o fato de ser o único civil que nunca esteve ligado ao poder (era servidor público), ser oriundo da camada popular e ter intenções de beneficiar a camada mais pobre da população. Logo, esse presidente possuía alguns atributos que abrandavam o clamor popular na visão das *Gendarmerie d’Haïti*. Contudo, Dumarsais Estimé quando eleito não recebeu apoio do legislativo e incomodou os interesses da tradicional elite haitiana que, influenciando alguns militares, facilitou o processo para a deposição do presidente em 1950 (HAGGERTY, p.230). Depois disso, a mesma junta militar, que já tinha assumido o poder em 1946, voltou em 1950. Composta por três membros, um deles renunciou para candidatar-se à presidência. Segundo Richard A. Haggerty (1991), naquele momento político, o Haiti necessitava que o próximo presidente fosse apoiado pelas *Gendarmerie d’Haïti* e pela elite.

O sucessor de Estimé foi o major Paul E. Magloire (1950-1956) que não permaneceu por muito tempo no poder. Haggerty (1991) argumenta que o principal motivo da impopularidade do presidente teria sido a corrupção. Mas como realizar esse

juízo se as eleições que o elegeram não eram idôneas? Não cabe aqui afirmar categoricamente se existiram fraudes eleitorais, pois não há fontes primárias conseguidas nesse estudo para respaldar tal declaração. Mas, a inferência é feita após várias leituras que retratam que nesse momento da história, bem como em outros, as eleições no país e os respectivos resultados eram alvos de fraudes eleitorais.

Para isso, temos alguns estudos como o do professor Ricardo Seitenfus que se dedicou a entender os percalços políticos do país. Na visão de Seitenfus (2006), a crise política sempre foi uma constante, sendo que os momentos mais estáveis eram os ditatoriais. Sobre a primeira eleição em sufrágio universal:

A primeira eleição presidencial ocorreu em 1957. Foi introduzido o voto universal concedendo este direito a todos os Haitianos com idade superior a 21 anos. Contudo a fraude foi generalizada: a utilização de tinta lavável para identificar os que já haviam votado; a compra de votos; a montagem de currais eleitorais; a onipresença das Forças Armadas. O beneplácito desta conduziu François Duvalier à vitória (SEITENFUS, 2006, p.2).

Na mesma linha de interpretação está a citação abaixo:

O período entre a queda de Magloire e a eleição de Duvalier em setembro de 1957 foi muito caótico, até para os padrões haitianos. Três presidentes provisórios assumiram a presidência; um renunciou e o exército depôs os outros dois, François Sylvain e Fignolé. Duvalier foi dito como ativamente engajado durante este processo de intrigas que ajudaram que ele surgisse como candidato favorito dos militares para a presidência. Os militares guiaram o processo de campanha eleitoral, dando todas as vantagens a Duvalier (HAGGERTY, 1991, p.232).

Portanto, e segundo os estudos acima reproduzidos, François Duvalier soube lidar com os fatores que o favoreceram, pois, além do apoio das *Gendarmerie d'Haïti*, soube utilizar-se do tom popular dos discursos para obter votos nas primeiras eleições organizadas em sufrágio universal. O adversário político de Duvalier era um representante da tradicional elite e dificilmente seria eleito naquela conjuntura. Para Haggerty (1991, p.232), Duvalier era visto pelos militares como um líder sem grandes motivações ideológicas, fato esse que colaborou para que obtivesse apoio dos mesmos. Em 1957, ele assumiu a presidência em um cenário político bastante favorável ao exercício de seu mandato: dois terços dos seus seguidores assumiram cargos legislativos na Câmara dos deputados e todos os assentos foram conseguidos no Senado.

As evidências que observamos da atuação das *Gendarmerie d'Haïti*, do período de 1934 a 1956, é que houve clara interferência dos militares na política. Logo, nesse



momento não podemos falar de governos democráticos e representativos. Após esse período, François Duvalier estabeleceu um regime que compreendeu um período no qual o autoritarismo e a centralização política prevaleceram. Para sustentar esse governo, o aparato repressor estatal foi empregado para perseguir e eliminar qualquer tipo de oposição política. Os ditos duvalieristas foram aqueles que apoiaram a perseguição de líderes de insurgências populares e censuraram os opositores políticos, mantendo a hierarquia da estrutura social e os privilégios dos grupos que obtiveram poder político e econômico. As bases desse regime foram impostas por François Duvalier com adesão dos setores conservadores da sociedade haitiana: militares, Igreja Católica e elite. Em certa medida, o regime duvalierista também amparava os interesses dos Estados Unidos no contexto Guerra Fria, pois afastava a possibilidade de acontecer revoltas populares e a expansão da ameaça comunista de Cuba para o Haiti. O presidente François Duvalier esteve no exercício do mandato de 1957 a 1971 e permaneceu em cargo vitalício, escolhendo para sucedê-lo Jean-Claude Duvalier (1971-1986), seu filho.

Haggerty (1991, p.356) declara que François Duvalier alterou os altos cargos das *Gendarmerie d’Haïti*, pois queria afastar aqueles que foram responsáveis pelos golpes de Estado das presidências que o precederam. Com essa medida, tentou manter-se no poder e, para tanto, colocou jovens oficiais formados na década de 1940 pela Academia Militar nos altos comandos das *Gendarmerie d’Haïti*.

A antiga estrutura da guarda presidencial, composta e coordenada pelas *Gendarmerie d’Haïti*, também passou por alterações em 1959. A nova guarda presidencial incorporou milícias civis recrutadas para agirem sob o comando de Duvalier. Em 1962, os Voluntários da Segurança Nacional (VSN), conhecidos pela população como *Tonton Macoutes*, foram designados para o sistema de informação, inteligência e controle. Tinham também como função perseguir, prender e eliminar qualquer opositor do governo. Para Haggerty (1991), a criação dos VSN reduziu a histórica influência dos militares na escolha dos líderes políticos do Haiti, pois neutralizou o poder das *Gendarmerie d’Haïti*. Esta redução de influência deu estabilidade ao regime ditatorial e uniu *Gendarmerie d’Haïti* e VSN no papel de combate às ameaças internas a manutenção do poder duvalierista. Entretanto, o que diferenciou uma força da outra foi o fato dos VSN não serem remunerados e não serem uma instituição do Haiti. O caráter voluntário da milícia fez com que os recursos econômicos necessários para o seu funcionamento fossem obtidos por meio de atividades ilícitas (SEITENFUS, 1994). Neste caso, não é possível desconsiderar a

suposição de que oficiais das *Gendarmerie d’Haïti*, se não omissos, poderiam estar coniventes e tendo benefícios providos dessa atividade comercial.

Com oficiais militares corrompidos e membros dos VSN praticando tais atividades, não seria um incômodo a manutenção desse regime aos Estados Unidos? Provavelmente, interpretando a visão norte-americana, perante a eventualidade de precaver o mal maior que era a ameaça de expansão do comunismo para a América Central e Caribe tendo em vista o regime cubano, a manutenção do regime duvalierista, embora com elementos indesejáveis, ainda era benéfica aos interesses estratégicos dos Estados Unidos. Logo, mesmo com tal desconforto, sinais de Washington não eram de hostilidade a Porto Príncipe.

Uma vez suprimida a oposição, o desafio de François Duvalier era a transição do cargo. Como ápice das medidas centralizadoras, Duvalier dissolveu a Assembleia Nacional em 1961 e reelegeu-se, em moldes duvidosos, por mais seis anos. Em 1964, aboliu a Constituição e redigiu uma nova na qual constava que o presidente do Haiti teria mandato vitalício. Vislumbrando que o adoecimento poderia acarretar em problemas mais graves de saúde, Duvalier, antes de sua morte, compeliu o legislativo a aprovar a redução de 40 para 18 anos como critério para o exercício da presidência. Assim, pôde indicar seu filho como sucessor em 1971.

Por sua vez, Jean-Claude Duvalier foi legitimado como presidente do Haiti por um referendo popular, embora tal resultado fosse apenas uma constatação artificial e simbólica do desejo da população. Após o período regencial, Jean-Claude assumiu a presidência assim que atingiu a maioria. A aproximação do governo de Jean-Claude com o governo Jimmy Carter dos Estados Unidos influenciou na adoção de medidas para liberalizar o regime duvalierista. Ao final da década de 1970, Jean-Claude Duvalier restaurou parcialmente a liberdade de imprensa e permitiu que partidos políticos de oposição fossem formados. A proximidade com os Estados Unidos também contribuiu para a reabertura da Academia Militar em 1972 e, por incentivo do governo norte-americano, mais uma força de contrainsurgência foi criada, os *Leopards Corps* (HAGGERTY, 1991, p.358).

As medidas pela liberalização do regime duvalierista facilitaram que grupos insatisfeitos se organizassem e manifestassem descontentamento. Em 1984, eclodiu uma grande onda de violência popular. Contê-la foi tarefa praticamente impossível de ser cumprida pelas forças de amparo ao regime. Buscando preservar a imagem da corporação, as tropas militares se negaram a atirar contra o povo quando solicitadas. Diante da falta de habilidade de Jean-Claude para lidar com os conflitos internos, e

considerando que o presidente não era unanimidade na preferência entre os comandantes militares, setores do exército sugeriram que o presidente deixasse o país em 1986 (HAGGERTY, 1991, p.358).

Com rebeliões e revoltas populares, percebemos que a manutenção de Jean-Claude Duvalier era insustentável. Quando até mesmo a permanência do presidente não era consenso nas *Gendarmerie d'Haïti*, Jean-Claude Duvalier teve que deixar o país. A influência dos Estados Unidos na liberalização do regime pode suscitar dúvidas se de fato existia apoio dos Estados Unidos a Jean-Claude Duvalier. Primeiramente, acreditamos que existia falta de apoio ao presidente, pois não era interessante continuar dando suporte político ao regime que sobrevivia de atividades ilícitas, sabendo que, por mais que isso havia sido tolerado por razões estratégicas durante o período de François Duvalier, a manutenção desse fluxo de atividades poderia trazer, em longo prazo, problemas de natureza interna ao governo dos Estados Unidos. O destino final das mercadorias era o mercado norte-americano e, para que as encomendas chegassem a essa direção, pressupõe-se que autoridades de fronteira ou imigração dos Estados Unidos pouco cuidavam da retenção das drogas. Por fim, outro motivo que respaldaria a falta de interesse em dar apoio político a Jean-Claude Duvalier era, na hipótese de vislumbrar que o conflito ideológico bipolar já estava quase arrefecido, o Haiti talvez não mais necessitasse da manutenção de um regime ditatorial para reprimir grupos de orientação próxima ao comunismo. Logo, o caminho para a redemocratização seria bem-vindo.

#### *A crise de 1986 e o envolvimento das Organizações Internacionais*

O período de 1986 a 1989 foi marcado pela violência, descontrole político e sucessivos golpes militares promovidos por oficiais e mobilizados contra os próprios membros da corporação. Este último acontecimento sinaliza que não havia mais unidade dentro da corporação militar. Em 1987, foi redigida a nova constituição haitiana<sup>11</sup> e criada as Forças Armadas do Haiti (FADH)<sup>12</sup>. Mas, mesmo com a nova carta magna e com uma série de outras medidas que sinalizavam para a reestruturação do sistema político, a grave crise de representatividade política haitiana era incontrolável. Em março de 1989, o então presidente, tenente-general Prosper Avril, foi chamado para reunir-se a portas-fechadas com o embaixador dos Estados Unidos. Após o encontro, Avril formalizou sua renúncia à presidência e deixou o país transportado por avião norte-americano, dois dias após o encontro na embaixada (MALONE, 1998, p.51).

Após o incidente, a presidente da corte de justiça haitiana assumiu a presidência do país em caráter interino e facilitou que houvesse a realização de novo pleito. As novas eleições ocorreram em 1990 e foram monitoradas pela missão de observadores eleitorais da Organização dos Estados Americanos (OEA) e da Organização das Nações Unidas (ONU). O novo presidente, Jean-Bertrand Aristide, assumiu em fevereiro de 1991, mas logo foi deposto em setembro de 1992. O golpe planejado pelo comandante das FADH levantou suspeitas quanto à possível relação de interesses entre FADH e Estados Unidos, uma vez que o presidente Aristide não se manifestava de maneira generosa em discursos políticos sobre esses dois atores<sup>13</sup>.

Mesmo que ONU e OEA tenham investido diversos esforços diplomáticos para que Aristide retornasse à presidência e sob a condição de que a segurança do país fosse feita por tropas de operações de manutenção de paz da ONU em 1993 (S/RES/867), a clara constatação de que as autoridades militares haitianas pouco fizeram para remover os grupos civis armados que impediram o desembarque da equipe de peritos da operação de manutenção de paz da ONU, em 11 de outubro de 1993 (MALONE, 1998), facilitou para que o CSNU adotasse uma série de resoluções. Com a falta de cooperação das FADH, o CSNU decidiu pelo envio de uma força multinacional de controle e comando unificado pelos Estados Unidos para restaurar Aristide ao poder, sob autorização do uso da força (S/RES/940) para que o mandato fosse cumprido.

A falta de cooperação demonstrada entre os anos de 1993 e 1994 por parte do governo *de facto* haitiano rompeu com qualquer relação de confiança ou alinhamento que existisse entre FADH e Estados Unidos. Logo, quando a força multinacional desembarcou no país, sabendo que a maioria era composta por oficiais dos Estados Unidos e aliados (BENTLEY, 1996), a justificativa que consta nos relatórios da Secretaria Geral das Nações Unidas (SGNU) de que não existia mais forças militares para que a ONU cumprisse o mandato de profissionalização das FADH (S/1995/46) não é respaldada por evidências ou números plausíveis de constatação. Logo, apenas a apresentação da justificativa leva-nos a inferir que houve arbitrariedade política que não foi questionada por altos funcionários da ONU.

*Atividades Internacionais: eleições e reforma da segurança pública, o contraste entre discurso e execução*

Em 12 de outubro de 1995, senadores dos Estados Unidos que representavam a comunidade afro-americana, os *black caucus*, e a fundação Stanley patrocinaram um evento para discutir as variações na situação dos direitos humanos no Haiti. O

embaixador Colin Granderson, diretor executivo da Missão Civil das Nações Unidas no Haiti (MICIVIH), foi convidado para falar sobre o papel da missão e os resultados obtidos até aquele momento. A palestra foi comemorativa ao aniversário de um ano de retorno e exercício na presidência de Jean-Bertrand Aristide após o envio da força multinacional das Nações Unidas autorizada a usar de "todos os meios necessários" para cumprir a resolução 940 do CSNU. No documento "Progresso haitiano rumo à democracia"<sup>14</sup>, o embaixador declarou:

A fim de fazer um balanço do que o Haiti é hoje, vamos olhar para trás para o que ele foi pouco mais de um ano. O que mostra esta foto? Um país onde a situação dos direitos humanos tornou-se um verdadeiro pesadelo, caracterizada pela sistemática e generalizada violação de direitos humanos - a execução extrajudicial, desaparecimento forçado, o uso do estupro como instrumento de repressão política, tortura e outras formas de tratamento cruel, desumano ou degradante [...]. Em outubro de 1993, a Missão (MICIVIH) foi obrigada a se retirar do país por motivos de segurança. Alguns observadores retornaram ao Haiti no início de 1994, apenas para serem expulsos novamente em julho, depois que os oficiais militares decretaram que tal presença era "uma ameaça à segurança nacional". O que mais esses acontecimentos revelam? Que as principais instituições civis - já enfraquecidas por décadas de governo autoritário [...] e seus sucessores - foram enfraquecidas [...]. O resultado: um parlamento covarde, um sistema judicial corrupto e incompetente em que agentes do Estado podem violar os direitos humanos com impunidade, com uma disfuncional e pletórica administração pública concentrada em Porto Príncipe, [...] operando em uma cultura política permeada por oportunismo e espírito de que o vencedor leva tudo.

Na defesa de sua opinião, o embaixador Colin Granderson declarou que a volta do governo constitucional possibilitou confiança aos países doadores que queriam investir na melhora da infraestrutura do país. Além disso, assinalou que a presença internacional favoreceu o treinamento de uma força de segurança pública pela polícia internacional e que os avanços nessa área levariam, posteriormente, ao treinamento do que viria a se chamar Polícia Nacional Haitiana.

Sobre as instituições judiciais e demais reformas, o embaixador salientou no mesmo discurso:

Corruptos e incompetentes elementos do sistema judicial estão sendo eliminados e as reformas introduzidas. Estes incluem programas de treinamento para os funcionários judiciais e medidas para promover a administração eficaz da justiça. Para este fim, uma Escola de Magistrados foi inaugurada em julho, as condições de serviço do funcionário judicial melhoraram, o número de juizes aumentou e um serviço de inspeção judicial foi criado. Grandes reformas também foram realizadas para o sistema prisional. Pela primeira vez, uma

administração civil penal foi criada [...]. Um código de conduta foi aprovado para a nova polícia [...]. Em uma ruptura com o passado, as medidas disciplinares foram tomadas contra um pequeno número de novos policiais e oficiais para corrigir o comportamento pouco profissional ou antiético. O resultado da mudança estrutural, a reforma e o reforço das instituições têm sido uma melhoria notável da situação dos direitos humanos. Sistemático e generalizado abusos de direitos humanos chegaram a um fim. [...] Violações dos direitos humanos por agentes do Estado são agora a exceção e não a regra. As liberdades fundamentais de expressão, associação e reunião são amplamente apreciadas, inclusive por aqueles que são críticos do presidente, o governo ou suas políticas. A liberdade de imprensa melhorou significativamente, em especial para a imprensa privada e mídia eletrônica. A autocensura cessou. As estações de rádio destruídas durante o golpe de Estado - e, posteriormente, impedido de reabertura - estão de volta ao ar.

De todos os avanços que o embaixador apontou, é possível assinalar alguns problemas, ou até mesmo moderar o tom entusiasmado de quem cumpriu a função na qual a sensatez do cargo pedia para que as informações fossem transmitidas positivamente naquele momento, minimizando ocorrências desagradáveis. Com isso, não afirmamos que alguns avanços mencionados não sejam significativos ou dignos de referência. Entretanto, gostaríamos de abordar certos fatos que consideramos importantes e que colocam em dúvida o tom otimista do discurso. Em primeiro lugar, o embaixador não fez menção aos incidentes violentos durante as eleições legislativas e municipais conduzidas em meados de 1995. Logo, o discurso político de outubro de 1995 camuflou os incidentes. E, em segundo lugar, a força de segurança pública criada não correspondia satisfatoriamente ao que era esperado de sua competência.

Começando pelo primeiro ponto, a força multinacional das Nações Unidas viabilizou o retorno do órgão responsável pela organização de eleições no Haiti, conhecido como Conselho Eleitoral Provisório (CEP) em fevereiro. O CEP era o mesmo que esteve responsável pelas eleições presidenciais de 1990 e marcou o pleito para o dia 25 de junho de 1995. A execução das eleições seria um grande desafio para a operação de paz, Missão das Nações Unidas no Haiti (MINUHA)<sup>15</sup>, pois "A existência de um ambiente seguro significa uma pré-condição fundamental para uma campanha eleitoral livre e justa, com razoável influência para o dia em que os votantes comparecerem às urnas" (S/1995/305, parágrafo 22) e também era um evento importante para o governo haitiano por conta da continuidade do rumo democrático que se pretendia oferecer ao país, após momentos tão convulsivos.

A ONU esperava obter êxito na condução técnica das eleições municipais e legislativas, bem como a confiança do povo haitiano de que a segurança das eleições

estava assegurada pela MINUHA. No dia da eleição, a MINUHA providenciou assistência logística e financeira para o Conselho Eleitoral Provisório, enquanto que uma missão de observadores da OEA e da MICIVIH monitoraram as eleições. As componentes militar e policial da MINUHA mantiveram a segurança durante o período eleitoral e durante o período de contagem dos votos (S/1995/614, parágrafo 12). Entretanto, o parecer da Secretaria Geral afirma que o período para que o Conselho Eleitoral Provisório organizasse as eleições tinha sido muito curto, sendo que o prazo máximo para o registro dos votantes foi adiado três vezes: de 17 para 30 de abril, depois para 31 de maio e finalmente para 3 de junho. Em algumas regiões, o registro chegou a ser adiado em até uma semana antes do dia da votação. Essa desorganização causou problemas para a MINUHA providenciar cópias das cédulas de votação em algumas regiões.

Quanto ao registro dos candidatos, o mesmo relatório aponta (Parágrafo 15):

Para o registro de candidatos, o complicado sistema de seleção e o grande número de solicitações provocaram diversas modificações na lista final de candidatos, até mesmo depois do dia marcado para a sua impressão, em 15 de maio. Isso resultou em diversos erros na apuração. O treinamento dos apuradores da votação foi limitado porque foram recrutados tardiamente; além disso, a decisão sobre a escolha do procedimento de contagem dos votos só foi tomada há uma semana antes das eleições. Atrasos no pagamento de funcionários do Conselho Eleitoral Provisório também foi uma dificuldade adicional.

Mesmo com todas essas irregularidades, a ONU afirmou, tanto no relatório parcial quanto no final da missão (MINUHA), que as eleições municipais e legislativas ocorreram em uma atmosfera segura e pacífica. Porém, essa informação é contrastante com as informações que o mesmo relatório apresenta sobre alguns incidentes, como o assassinato de um candidato a deputado em uma zona eleitoral no subúrbio de Porto Príncipe, a queima de materiais das eleições e de alguns escritórios eleitorais, além de demonstrações hostis contra funcionários que trabalharam nas eleições.

Portanto, ao mesmo tempo em que a ONU anunciou que houve ambiente pacífico para as eleições, também admitiu que alguns incidentes violentos ocorreram. Na nossa interpretação, não existiu um clima estável para a realização das eleições, pois esses acontecimentos violentos não configuram um pleito pacífico. Agravando esse quadro, o mesmo relatório informa que muitos haitianos foram impedidos de votar por causa da falta de organização do processo eleitoral. Muitas sessões eleitorais abriram após o horário marcado, sendo que outras sequer foram abertas. Ademais, alguns

candidatos foram omitidos em algumas cédulas eleitorais, o que resultou no cancelamento de votos (S/1995/614, parágrafo 17). Além de todas essas irregularidades, urnas e fichas de registro desapareceram ou foram destruídas. Não é de se espantar que houvesse alegações de fraudes e irregularidades no processo eleitoral. Contudo, a MINUHA estava interessada em cumprir rapidamente o mandato, relativizando as irregularidades que ocorreram para declarar brevemente quais seriam os novos políticos dos cargos municipais e legislativos. Logo, percebemos que o interesse era cumprir tarefas e sair rapidamente do país, deixando a formalidade dos resultados a serem cumpridos e ofuscando os contratemplos que não asseguravam um rumo pacífico e democrático ao país. Talvez a formalidade do cumprimento desse ponto do mandato da MINUHA fosse necessária para que a dimensão dos problemas no Haiti não atingisse escala maior de confrontos violentos e para que tudo fosse brevemente e superficialmente resolvido. Todavia, não concordamos que o curso dos acontecimentos foi razoável para evitar que futuramente o evento não resultasse em dificuldades para a promoção de estabilidade política ao país. Perpetuar ou ofuscar irregularidades era nocivo à maturação de valores democráticos. Todavia, ONU e OEA não cumpriram com a responsabilidade de prover um entorno favorável a resolução das controvérsias, sendo que futuramente isso criaria condições para que as mesmas retornassem.

No relatório da SGNU está registrada a manifestação da Secretaria Geral da OEA quando afirma que “apesar de todos os indicadores, os eleitores tiveram a oportunidade de exercer seu direito a voto livremente” (S/1995/614, parágrafo 18). A missão de observação das eleições da OEA enviou vários relatórios sobre o processo eleitoral. No relatório sobre o dia das eleições, apreciado pela Secretaria Geral da OEA em 13 de julho, constou que:

A Missão de Observação concluiu que as eleições tinham "estabelecido um formato que, embora imperfeito, fornece a base para futuros progressos positivos no sentido da evolução contínua de uma democracia cada vez mais pacífica no Haiti" (S/1995/614, parágrafo 18).

Os membros do Conselho Eleitoral Provisório entraram com renúncia de seus cargos logo após o dia do pleito, 25 de junho. A MINUHA promoveu o diálogo entre os representantes de cada partido para propor reconciliação que permitisse que o segundo turno seguisse sem hostilidades. Em 13 de agosto de 1995, eleições complementares legislativas e municipais ocorreram em 21 distritos eleitorais. Nas palavras do relatório parcial da SGNU, houve avanço significativo na organização da eleição, porém



registrou-se baixo número de votantes, principalmente em Porto Príncipe (S/1995/922, parágrafo 25).

Em 17 de setembro de 1995 ocorreu o segundo turno das eleições nas quais as estimativas registradas no relatório da ONU apontaram que somente 30% dos votantes compareceram às urnas. Sobre o baixo número de votantes o relatório concluiu:

Enquanto aqueles partidos que boicotaram as eleições reivindicavam o crédito de sua opinião pelo baixo número de votantes, **isso poderia ser na verdade** o resultado de vários fatores, tais como: **falta de educação cívica, fadiga, pouca propaganda e preocupações com assuntos econômicos** (Parágrafo 26, grifo nosso).

Diante de todas as irregularidades relativizadas pela ONU e pela OEA, as alegações apresentadas no relatório da Secretaria Geral da ONU não são suficientes para contestar o baixo número de votantes. Declarar que existia “falta de educação cívica, fadiga” entre outras alegações, é uma justificativa frágil e sobre a qual podemos inferir que houve a intenção de ofuscar ou acobertar os erros que ocorreram no pleito anterior. Tais irregularidades provavelmente influenciaram no baixo comparecimento do segundo turno. O processo eleitoral foi conduzido de forma confusa pelo Conselho Eleitoral Provisório. ONU e OEA desconsideraram as anomalias para não interromper votações e contagem de votos.

Sobre as eleições municipais e legislativas, Walter E. Kretchik<sup>16</sup> (2007, p.17) numa publicação do Centro Hemisférico de Estudos de Defesa, interpretou:

O caminho das eleições haitianas de junho de 1995 foi cheio de armadilhas. As ruas do Haiti eram lugares de assassinatos e ataques durante todas as horas do dia, e observadores da ONU e OEA conversavam sobre prováveis irregularidades na votação. Todavia, para o governo haitiano e para a MINUHA, as eleições eram o passo necessário para legitimar o progresso da democracia internacionalmente e nacionalmente, bem como para aferir o sucesso das representações internacionais em tal empreendimento. Por sua parte, Aristide e seu governo tinham que provar que o próprio esforço e o internacional para democratizar o Haiti não eram em vão.

Compreendemos do trecho de Kretchik que a opção de manter o curso das eleições envolveu prudência política em torno dos atores envolvidos e das atividades até aquele momento concretizadas. Também existia o temor de que optar por não legitimar o resultado geraria mais violência, além de descumprir com a agenda eleitoral estabelecida nos termos da constituição haitiana. A reflexão que fazemos em torno dessa escolha é a de que a mesma atendeu aos interesses em curto prazo dos atores

políticos envolvidos, porém poderia comprometer a materialização de objetivos maiores, como promover valores democráticos e maturar o fortalecimento de instituições haitianas. Permitir a continuidade da existência de irregularidades, mesmo com as razões já apontadas para justificar o feito, é que era fator nocivo para a democracia e para o fortalecimento das instituições haitianas.

Quanto ao segundo ponto que destacamos das palavras do discurso do embaixador, o treinamento da força de segurança pública, o relatório da Secretaria Geral da ONU publicado em 17 de janeiro de 1995 (S/1995/46) enfatiza que após o desembarque da força multinacional, em 19 de setembro de 1994, grande parte dos integrantes das FADH não estava mais no país e que a ausência de forças de segurança haitianas levou a força multinacional a criar a Força Interina de Segurança Pública (FISP). Os poucos membros das FADH que permaneceram no país foram incorporados à FISP e, após isso, as FADH foram dissolvidas.

Sobre a profissionalização das forças militares, o relatório discorre que, em 06 de janeiro de 1995, Jean-Bertrand Aristide assinou um decreto autorizando a criação de um comitê de reestruturação das forças militares, na qual estava estimado que o número de integrantes do futuro exército haitiano fosse de 1500 militares divididos em 3 batalhões (S/1995/46, parágrafo 55). Futuramente, uma parcela de integrantes da FISP tornar-se-ia membros do exército haitiano.

Até o final de dezembro de 1994, cerca de 3 mil haitianos realizaram treinamento de seis dias para estarem aptos a serem policiais da FISP. O treinamento consistiu em um curso sobre direitos humanos e código de conduta para cumprimento da lei (Parágrafo 42). Esse preparo foi o resultado de um acordo bilateral entre Estados Unidos e Haiti no qual os policiais da FISP receberam o treinamento dado por agentes do Programa Internacional de Assistência e Treinamento Investigativo Criminal Internacional, conhecido pelas siglas em inglês ICITAP. Quanto a esse ponto, as informações dadas pelo discurso do embaixador e os relatórios da Secretaria Geral da ONU convergem em informações. Sobre o ICITAP:

O ICITAP chegou ao Haiti dois dias depois das tropas norte-americanas e implementou um plano de cinco anos para desenvolver uma nova força policial civil no Haiti; o sucesso do reconhecimento do trabalho da ICITAP foi a principal fonte em estabelecer a segurança e cumprimento da lei em democracias emergentes.<sup>17</sup>

A FISP funcionou em cooperação com mais 800 policiais internacionais da ONU e foi dividida entre cidades como Porto Príncipe e outras 120 localidades. Em

longo prazo, o objetivo era de que a FISP fosse substituída até janeiro de 1996 pela Polícia Nacional Haitiana e que mil homens dessa força integrassem futuramente o exército do Haiti.

Especialista em programas da ONU para a reforma da segurança pública, ou também conhecidos como DDR, Johanna Mendelson Forman (2006, p.18) explica que formalmente os membros das FADH era de 7 mil integrantes<sup>18</sup>. A FISP aproveitaria inicialmente 3.300 ex-integrantes, sendo que somente 1.500 seriam selecionados e admitidos. Todos os ex-integrantes seriam banidos. De fato, a assinatura do decreto do presidente Aristide, em 23 de dezembro de 1994, extinguiu as FADH do país. Assim, tanto os ex-integrantes quanto os poucos da FISP fariam parte do DDR. O objetivo deste programa era lentamente desarmar e desmobilizar os ex-funcionários da força militar e policial para que houvesse a substituição pelos novos policiais que seriam treinados pela política internacional. O DDR foi composto de três fases: a primeira fase, de outubro a dezembro de 1994, 187 soldados das FADH voluntariamente apresentaram-se ao DDR. Após o anúncio da abolição das FADH por Aristide, a segunda fase teve início formalizado em 25 de janeiro de 1995 e consistiu em processos nos quais antigos soldados relatavam onde estavam os colegas da corporação para que os mesmos fossem convidados a aderir ao programa. Nessa fase, até março de 1995 o DDR conseguiu que mais 3042 ex-integrantes das FADH fossem desmobilizados. No decorrer de dois anos, essa fase do programa conseguiu desmobilizar 5.482 ex-integrantes. A terceira fase começou em junho de 1995 e compreendeu na desintegração progressiva dos integrantes da FISP para que os novos policiais formados pela Academia de Polícia Haitiana assumissem. Assim, gradativamente os membros da PNH ganharam as ruas para o cumprimento de suas funções.

Um dos atrativos para que os ex-integrantes das FADH participassem do DDR era o pagamento de soldo e dinheiro mensal para que eles fizessem o curso por seis meses. Essa quantia foi providenciada pelo governo dos Estados Unidos via agências de desenvolvimento (FORMAN, *Ibid.*, p.19). Forman afirma que foi possível observar que a maioria dos ex-soldados havia feito serviço militar entre 5 e 10 anos no exército, sendo que um segundo grande grupo serviu entre 10 e 15 anos. A maior quantidade de soldados estava na faixa etária entre 30 e 34 anos de idade enquanto que o segundo grupo tinha entre 25 e 29 anos de idade. Todos mencionaram ter cursado ensino médio, embora a pesquisa não tenha deixado claro quantos dos 4203 soldados haviam concluído o curso<sup>19</sup>.

O secretário-geral da ONU observou no relatório de janeiro de 1995 que o treinamento da FISP não foi adequado, pois além de ter ocorrido em um período muito curto (6 dias), não houve unidade no preparo. Novecentos haitianos (homens e mulheres) foram treinados na base norte-americana em Guantânamo até o final de dezembro e mais 100 haitianos expatriados foram treinados por três meses no Canadá (Parágrafos 51 e 52). Além disso, organizações não-governamentais haitianas que monitoraram os direitos humanos criticaram a inserção de ex-membros das FADH na FISP. Certamente, o treinamento e a composição providenciados estavam muito aquém do satisfatório. Ademais, a calamidade em que o país se encontrava exigiria muitas outras operações específicas da ONU que pudessem auxiliar na busca de soluções dos inúmeros problemas do país.

A Academia de Polícia do Haiti foi inaugurada em 03 de fevereiro de 1995 (S/1995/305, parágrafo17) após acordo bilateral entre Haiti e Estados Unidos. Os poucos candidatos registrados (375) estavam aptos para iniciar o curso de quatro meses promovido pelo ICITAP, em 30 de janeiro de 1995, em parceria com instrutores de mais três países: Canadá, França e Noruega. A previsão era a de que em junho de 1995 já estivesse formada a primeira turma.

Em 12 de junho de 1995, a primeira turma da PNH foi formada. O primeiro grupo de 361 cadetes se juntou aos 48 policiais haitianos treinados no Canadá e assumiram o Departamento do Norte e capital. O segundo grupo de 357 cadetes assumiu o Departamento de Artibonite e capital em 10 de julho. À medida que se formavam policiais da PNH, em igual proporção era diminuído o número de integrantes da FISP. A meta era que o treinamento dos policiais fosse acelerado para que até fevereiro de 1996 houvesse 6 mil policiais (S/1995/305).

Nesse sentido, o relatório publicado em 06 de novembro de 1995 (S/1995/922, parágrafo18) apontou que uma turma de 1450 cadetes policiais estava em treinamento nos Estados Unidos para que o mandato da MINUHA se encerrasse em fevereiro de 1996 com o número de policiais previsto. Embora houvesse empenho para que a expectativa numérica fosse alcançada, a Secretaria Geral admitiu que houve “registros de incidentes de abuso de autoridade e uso desproporcional da força” (Parágrafo 19) por parte dos policiais formados. E é justamente sobre esse aspecto que refutamos, respeitosamente, a fala do embaixador Colin Granderson quando declarou no evento anteriormente citado que as reformas e melhorias contribuíram para que o sistemático e generalizado abusos de direitos humanos chegassem a um fim.

Porém, uma questão sensível ao bom funcionamento da nova força policial dizia respeito aos salários pagos. Forman (2006) afirma que os Estados Unidos se comprometeram com o treinamento e equipamento, mas nunca se ofereceu para realizar o pagamento que deveria vir do governo haitiano. Por sua parte, o governo haitiano alegava na época que não tinha o orçamento necessário para o número de soldados que os Estados Unidos pretendiam formar. Os dados e informações que Forman utiliza revelam o caráter emergencial e os problemas nos critérios escolhidos: os refugiados haitianos que se encontravam retidos na base de Guantânamo foram recrutados para servir a PNH. Porém, a autora não menciona se o caráter de alistamento era voluntário e nem mesmo quais foram os critérios de elegibilidade. Apenas, menciona que no Haiti foi feita uma campanha para o alistamento voluntário. O ideal era formar 3 mil policiais em um programa de 16 semanas de treinamento que seria oferecido pela coordenação entre o Departamento de Justiça dos Estados Unidos, a *Gendarmerie* francesa e a Polícia Real canadense. Porém, atrasos no programa de alistamento e a vontade dos Estados Unidos de se retirarem do Haiti rapidamente fez com que 2 mil integrantes fossem rapidamente recrutados no Forte Leonard Wood do exército dos Estados Unidos em Missouri. Além disso, o programa de treinamento foi realizado em menos tempo e mostrou-se insuficiente (FORMAN, 2006, p.20).

Certamente, o objetivo do treinamento oferecido era preparar a PNH para manter a ordem pública. No entanto, o que o relatório de fevereiro de 1996 da Secretaria Geral buscou enfatizar era que o treinamento para a PNH foi insuficiente. Para isso, o secretário-geral recomendou que houvesse outra operação de manutenção de paz da ONU para se concentrar no preparo mais adequado da força policial haitiana. Nas palavras de Walter E. Kretchik (2007, p.28-9), a violência no Haiti estava associada a dois problemas: o crime e a motivação política. Sobre o primeiro ponto, ele enfatiza que a criação da PNH seria um fator importante para diminuir essa atividade e certifica que essa foi uma meta alcançada, mas que ainda poderia continuar avançando. Porém, a respeito da violência que permeia agudamente os momentos de troca de lideranças, Kretchik defende que erradicar a violência por motivação política exigiria uma mudança de valores culturais haitianos.

A respeito dessa consideração, acreditamos que o papel da ONU e OEA esteve mais inclinado ao auxílio no fortalecimento das instituições do país por meio de cursos, treinamento e acompanhamento constante de desempenho técnico dos funcionários em exercícios dos cargos e sem estar em conflito com as disposições constitucionais. Como a ordem pública era um grande problema, o treinamento e a profissionalização da força

policial que se desenvolveram na MINUHA e nas operações de manutenção de paz subsequentes até 2000 exerceram esse papel. Contudo, caberia a agências da ONU, como a UNESCO, e organizações congêneres fomentar cursos que educassem a população para uma cultura de paz. Assim, as organizações internacionais e outros organismos interessados estariam dando grande contribuição ao país. Em parte, podemos dizer que existiu o esforço nessa área quando sabemos de projetos recentemente implementados na Missão das Nações Unidas para a estabilização do Haiti<sup>20</sup>.

### *Resultado das outras missões e Considerações Finais*

O esforço da ONU para a estabilização do conflito do início dos anos 1990 foi pontual e contribuiu pouco para garantir bases sólidas para que o país obtivesse condições de prosseguir de forma autônoma para viabilizar as reformas necessárias para fortalecer as instituições políticas do país, assegurando que não houvesse a recorrência do contexto convulsivo de 1986 e 1991. Porém, enquanto organização burocrática, a ONU não estava em condições financeiras para responsabilizar-se pela mudança mais profunda que resultasse na remodelagem das instituições do país, especialmente por conta da crise de orçamento de 1995 (DOYLE, 1998, p.2) que limitou a ambição das ações da ONU para atividades cirúrgicas. Para tanto, o encargo para avançar, após as primeiras conquistas obtidas, ficaria na responsabilidade do novo governo haitiano. Logo, a realização da ONU e OEA limitou-se em assistir a “restauração democrática” e monitorar a transição de governo durante a MINUHA. Concomitante a essa prática, a ONU objetivou treinar a força policial que obedecesse ao governo haitiano para consolidar a normalização da ordem pública. Os demais desafios foram, portanto, delegados ao governo de René Garcia Préval que teria grandes dificuldades para reerguer o país sem auxílio econômico da comunidade internacional.

Sabemos, portanto, que a MINUHA cumpriu o mandato do Conselho de Segurança e que outras operações de manutenção de paz foram aprovadas para auxiliar no treinamento da Polícia Nacional Haitiana. A primeira, Missão de Apoio das Nações Unidas ao Haiti (julho/1996-julho/1997) foi aprovada para continuar o trabalho de treinamento da PNH e, principalmente, foi consentida tendo em vista o pedido do presidente eleito em dezembro de 1995, René Garcia Préval, para que tropas da ONU permanecessem para dar estabilidade aos primeiros meses de governo. Posteriormente, de agosto de 1997 a novembro de 1997, a Missão de Transição das Nações Unidas no

Haiti deu continuidade ao trabalho de profissionalização da PNH: fomentou unidades policiais de reação rápida, além de cuidar da segurança de autoridades do país. Por fim, a Missão Civil Policial das Nações Unidas no Haiti, que atuou de dezembro de 1997 a março de 2000, também auxiliou na profissionalização da PNH e na criação de unidades policiais especializadas. Ao longo das operações, percebemos que o trabalho da ONU primou por refinar o treinamento da PNH, atuando tecnicamente.

Concomitante ao treinamento e a profissionalização da PNH, há uma conjuntura política problemática. Segundo o estudo para a avaliação da MINUSTAH do Harvard Law Student Advocates for Human Rights e Centro de Justiça Global de março de 2005, a relação entre Jean-Bertrand Aristide e René Garcia Préval quanto à presidência no início dos anos 1990 pode assim ser resumida:

Apesar de Aristide ter cumprido a maioria do mandado *in absentia*, a Constituição Haitiana de 1987 prevê que o mandato do presidente não pode passar de um termo de cinco anos. Portanto, eleições nacionais foram realizadas em dezembro de 1995. Apenas 28% da população foi às urnas, mas 88% dos eleitores votaram em René Préval, o candidato Lavalas que havia sido nomeado primeiro-ministro por Aristide em 1991 (p. 8).

Naquela época existia uma coalizão pró-Aristide, a Organização de Povos em Luta (OPL) que possuía candidatos para cargos municipais. Porém, ao final de 1996, houve uma cisão e Aristide e seus simpatizantes formaram o *Fanmi Lavalas* (FL). Na realização das eleições para cargos legislativos em 1997, o resultado favorável ao FL foi contestado e os problemas que repercutiram a partir desse embate levou à paralisia do governo por um ano:

No início de 1999, diante da impossibilidade de organizar eleições locais, o Presidente Préval afastou os membros do congresso cujos mandatos haviam expirado e estabeleceu um novo governo, constituído, segundo o Departamento de Estado americano, quase inteiramente por FL. As eleições atrasadas ocorreram, finalmente, em maio de 2000, nas quais 60% dos eleitores participaram. Os candidatos do FL foram declarados vencedores de aproximadamente metade das vagas disputadas. Embora a OEA tenha certificado o primeiro turno das eleições, irregularidades foram descobertas depois. Quando o Conselho Eleitoral Provisório (CEP) se negou a corrigir o método de cálculo das porcentagens que a OEA caracterizou como problemático, esta desistiu de observar o segundo turno das eleições. A oposição, que foi nomeada Convergência Democrática e aglutinava ex-opositores, ex-Lavalistas e ex-soldados, exigiu o cancelamento das eleições, mas o Parlamento se reuniu apesar das manifestações (p.8).

Por mais que os procedimentos não estivessem corretos quanto às disposições da Constituição Haitiana, ONU e OEA pouco puderam fazer quanto à forma como tais eleições foram conduzidas – não deveriam intervir em assunto interno. A opção tomada pelo presidente haitiano traria grandes problemas futuramente, pois a oposição certamente manifestaria seu descontentamento pelas vias legais ou incitaria a violência por atentados de grupos civis armados. O contexto interno estava bastante instável, mas a administração de tais variáveis deveria ser conduzida pela presidência. Coube à ONU finalizar o treinamento da PNH que seria a responsável por cuidar da ordem pública interna de acordo com as determinações do presidente. A Missão Civil Policial das Nações Unidas no Haiti encerrou o mandato em março de 2000 e foi gradualmente substituída por uma Missão Internacional Civil de Apoio ao Haiti (MICAHA) que era composta por conselheiros técnicos da ONU e da OEA para auxiliar o governo haitiano, provendo assistência material nas áreas de policiamento, justiça e direitos humanos.

O relatório da Missão da OEA ao Haiti de 24 de agosto de 2000 (CP/doc. 3349/00) destacou que os membros de tal missão manifestavam preocupação quanto ao “ambiente político após as eleições legislativas, municipais e locais realizadas em 21 de maio que poderiam polarizar ainda mais a sociedade haitiana e enfraquecer as perspectivas da democracia no Haiti”. Na verdade, o receio já era fruto de uma realidade observada, o que dificultaria a manutenção de apoio de alguns países e instituições multilaterais ao progresso do país. Por mais que houvesse esforço pela reconciliação promovido pela MICAHA para que existisse diálogo entre grupos da sociedade civil e partidos políticos, ainda assim caberia à vontade dos próprios haitianos apaziguar a situação.

O estudo do Harvard Law Student Advocates for Human Rights e Centro de Justiça Global enfatizou que, mesmo com os protestos da Convergência Democrática, o baixo número de votantes e o boicote da oposição, eleições presidenciais ocorreram em novembro de 2000 e Jean-Bertrand Aristide foi declarado eleito. Em fevereiro de 2001, Aristide tomou posse e, meses depois, o país foi tomado por grandes manifestações de violência entre grupos civis armados pró-governo e oposição. O Conselho Permanente da OEA na resolução 806 condenou a violência que assolou o Haiti. Em 2002, a oposição reivindicou publicamente que Aristide fosse afastado (HARVARD LAW STUDENTS ADVOCATES FOR HUMAN RIGHTS E CENTRO DE JUSTIÇA GLOBAL, p.09).

A iniciativa diplomática tomada pela delegação OEA/CARICOM solicitou ao presidente haitiano que não fizesse uso da força para lidar com a oposição, ao passo que



esta se organizava para um embate que desestabilizasse Aristide. Diversos ex-integrantes do exército haitiano de 1994 se uniram para invadir cidades e recrutar partidários interessados na queda do presidente. Como a polícia haitiana ainda era de número reduzido<sup>21</sup>, e acreditando que não seria suficiente se valer somente da força policial, Aristide convocou os grupos civis armados pró-governo para combater os atentados. Certamente, essa atitude fez com que Aristide perdesse apoio de países ocidentais e das organizações multilaterais que tanto condenavam o uso da violência para a solução do impasse.

Nesse contexto, o Conselho Permanente da OEA aprovou a resolução 862 (1401/04) em fevereiro de 2004, pedindo que o Conselho de Segurança tomasse medidas urgentes para impedir que a situação no país se deteriorasse ainda mais. “Em 20 de fevereiro de 2004, Aristide saiu do país a bordo de um avião dos Estados Unidos, com destino à República Centro-Africana” (HARVARD LAW STUDENTS ADVOCATES FOR HUMAN RIGHTS E CENTRO DE JUSTIÇA GLOBAL, p.09). O presidente da Corte Suprema Haitiana assumiu a presidência interina e nomeou o primeiro ministro do país que, diante da situação interna, solicitou assistência internacional.

O Conselho de Segurança aprovou o envio da Força Interina Multinacional (FIM) para permanecer por três meses para auxiliar o presidente haitiano no processo de transição política constitucional; facilitar o acesso à assistência internacional humanitária; auxiliar a PNH e a guarda costeira haitiana a manter a ordem pública, além de atuar em parceria com a OEA para prevenir que o país sucumbisse a total deterioração do contexto interno (S/RES/1529).

Logo em 30 de abril de 2004, o Conselho de Segurança aprovou a resolução 1542 que autorizou o envio de uma operação de manutenção de paz (MINUSTAH) autorizada a fazer uso da força (Capítulo VII) para prover segurança e estabilidade ao Haiti; auxiliar no processo político; e verificar o respeito aos direitos humanos.

Quanto ao primeiro ponto do mandato, a MINUSTAH deveria dar suporte ao governo de transição haitiano na manutenção da ordem pública; auxiliar o referido governo quanto a reestruturação e reforma da PNH, além de implementar o programa de desarmamento, desmobilização e reintegração (DDR) dos grupos civis armados do país, inclusive reintegrando mulheres e crianças que auxiliavam nas atividades de tais grupos. Nessa vertente, o trabalho da ONU estaria voltado para a manutenção da segurança e ordem pública. Assim, é difícil dizer que o treinamento oferecido desde 1994 foi satisfatório ou que o engajamento desses policiais conseguiria atender ao cumprimento

do respeito aos direitos humanos. Atribuímos a responsabilidade maior aos incidentes no país aos atores internacionais, pois as intervenções deveriam estar planejadas de maneira a operar no país e auxiliar para corrigir problemas. Porém, não é isso que fica visível no caso haitiano. Uma vez que os atores internacionais apontaram falhas na gestão dos governos haitianos, esperava-se que o exemplo de como realizar atividades corretamente viesse das organizações internacionais. Porém, ao passo que as irregularidades eram ofuscadas, como esperar que os atores locais mudassem de conduta? Ademais, o problema maior não foi resolvido: treinar a PNH era um passo importante, mas, para que a mesma desempenhasse bem suas funções, era necessário prover condições de trabalho adequadas. Mais uma vez, sem o investimento externo, seria possível o Estado prover bens públicos? Portanto, não isentamos os governos locais da responsabilidade de recuperar o país. Porém, materialmente os recursos que poderiam proporcionar tais benefícios está majoritariamente fora do país. Logo, seria de fato suficiente apenas o envio das operações de manutenção de paz das Nações Unidas com aquelas finalidades de mandato? Dessa maneira, acreditamos que, sobretudo, os problemas do passado recente tem simbólica parcela de contribuição dos atores internacionais. Logo, não cabe aos mesmos imputar a total culpa pela presente conjuntura **apenas** às autoridades locais haitianas.

### Referências Bibliográficas

- ARISTIDE, Jean-Bertrand. *Todo Homem é um Homem*. São Paulo: Paz e Terra, 1995.
- BENTLEY, David. Operation Uphold Democracy: Military Support for Democracy in Haiti. Junho de 1996. Disponível em: <[http://www.ndu.edu/inss/strforum/SF\\_78/forum78.html](http://www.ndu.edu/inss/strforum/SF_78/forum78.html)>. Acesso em: 15 set. 2011.
- CASIMIR, Jean. Haïti et ses élites: L'interminable dialogue de sourds. *Worlds & Knowledges Otherwise*, outono 2008.
- DOYLE, Michael W. Discovering the Limits and Potential of Peacekeeping. In: OTUNNU, Olara A.; DOYLE, Michael W. (eds). *Peacemaking and peacekeeping for the new century*. Nova Iorque: Rowman & Littlefield Publishers, 1998.
- FARMER, Paul. *The Uses of Haiti*. Monroe: Common Courage Press, 2006.
- FORMAN, Johanna Mendelson-Forman. Security Sector Reform in Haiti. *International Peacekeeping*, v.13, n.1, mar. 2006.
- HAGGERTY, Richard A (ed). *Dominican Republic and Haiti: country studies*. Washington: Federal Research Division, Library of Congress, 1991.
- JAMES, C.L.R. *The Black Jacobins*. Londres: Allison and Busby, 1980.
- KRETCHIK, Walter E. Haiti's Quest for Democracy: Historical Overview. In: *Capacity Building for Peacekeeping: the case of Haiti*, FISHEL; SÁENZ (ed). National Defense University: Center for Hemispheric Defense Studies, 2007.
- SEITENFUS, Ricardo. *Haiti: A Soberania dos Ditadores*. Porto Alegre: Solivros, 1994.

\_\_\_\_\_. A manutenção da paz e as lições do Haiti: colapso ou reedificação do Estado?.

Disponível em:

<[http://www.obreal.org/obreal/articulos.php?idpublicacion\\_mediateca=58](http://www.obreal.org/obreal/articulos.php?idpublicacion_mediateca=58)>. Acesso em: 14 jul. 2011. Publicado em 2006.

WILLIAMS, Eric. *From Columbus to Castro: The History of the Caribbean, 1492-1969*. London: Andre Deutsch, 1970.

#### *Documentos*

A/RES/43/4

A/RES/45/2

A/RES/45/231

A/RES/47/20 B

S/RES/841

S/RES/867

S/RES/940

S/RES/1143

S/RES/1529

S/RES/1542.

S/1995/46

S/1995/305

S/1995/614

S/1995/922

S/2006/592

S/2009/439

AG/RES. 1117 XXI-0/91

CP/doc. 3349/00

CP/RES. 862 (1401/04)

Harvard Law Student Advocates for Human Rights e Centro de Justiça Global.

"Keeping peace in Haiti?". Mar. 2005.

CONSTITUIÇÃO DO HAITI de 1987. Disponível em:

<<http://pdba.georgetown.edu/Constitutions/Haiti/haiti1987.html>>. Acesso em 15 jan. 2011.

PNUD. *Relatório de Desenvolvimento Humano*. Nova Iorque: Oxford University Press, 2004.

PNUD. *Relatório de Desenvolvimento Humano*. Nova Iorque: Oxford University Press, 2010.

TRANSPARÊNCIA INTERNACIONAL. *Índice de Percepção de Corrupção 2010*.

Berlim: Secretaria Internacional, 2010.

#### Notas

---

<sup>1</sup> Ressaltamos que a posição do país no ranking foi o resultado da mensuração de variáveis quantificadas antes do terremoto em janeiro de 2010. Possivelmente, após o desastre natural, a situação do desenvolvimento humano agravou-se e os dados (e posição) serão revelados no Relatório de Desenvolvimento Humano de 2011. Logo, a posição no ranking em 2010 não é o resultado imediato pós-terremoto, mas certamente está muito longe de sinalizar que o país caminha para um futuro próspero. Como exemplo de situação anteriormente pior, o Relatório de Desenvolvimento Humano de 2004 considera o Haiti na posição (153<sup>a</sup>), isto é, antes do envio das tropas das Nações Unidas. Os resultados mais recentes nos conduzem à interpretação de que ocorreram melhorias, mas, ainda assim, há imensos avanços a impetrar.

---

<sup>2</sup> A elaboração do ranking leva em consideração os dados quantificados sobre as seguintes variáveis: expectativa de vida ao nascer, média de anos de estudos e expectativa de escolaridade em anos e o produto nacional bruto (*per capita*).

<sup>3</sup> Os dados estão no Índice 2010 de Percepção de Corrupção elaborado pela Transparência Internacional. O uso do número da posição no ranking é nesse estudo ferramenta ilustrativa, pois não é nossa ambição questionar a metodologia que norteia a elaboração do Índice. Atribuímos importância ao mesmo, pois sabemos que essa elaboração é consultada por muitos países investidores antes de abrir negócios e por instituições financeiras internacionais antes de conceder empréstimos.

<sup>4</sup> A Constituição de 1987 é a referência para essa afirmação e cujo documento tem validade até hoje.

<sup>5</sup> Representadas pelas siglas em inglês são elas: UNMIH (1993-1996), UNSMIH (1996-1997), UNTMIH (ago-dez/1997), MIPONUH (1997-2000), MINUSTAH (desde 2004). Disponível em: <<http://www.un.org/en/peacekeeping/>>. Acesso em 22 fev. 2010.

<sup>6</sup> Realizamos a seguinte adaptação: nas palavras de Eric Williams, assim como diversos outros pesquisadores sobre a história colonial do Haiti, os mulatos eram ex-escravos libertos e descendentes miscigenados, enquanto os negros eram escravos que prezavam pela manutenção das tradições culturais africanas. Tais denominações são bastante recorrentes na literatura sobre a história colonial do Haiti, mas ostensivamente repelidas pelo haitiano Jean Casimir (2008) que percebe na dicotomia mulato/negros um elemento de discriminação racial que contribui para distorções sobre o entendimento da sociedade haitiana e das disputas políticas. Logo, Jean Casimir prefere utilizar os termos: libertos de primeira geração (ainda no Haiti colônia) e libertos de segunda geração (escravos que ganham liberdade após a independência política do Haiti). No nosso texto, concordamos com a visão de Jean Casimir. Porém, adotamos mulatos e negros quando os autores aos quais fazemos referência adotam esses termos. Fica isenta e justificada, portanto, qualquer alegação de interpretação racista por esse estudo, pois não é nossa perspectiva.

<sup>7</sup> Os escravos sequer possuíam direitos políticos e participação na Assembleia Colonial.

<sup>8</sup> Desde a independência, os Estados Unidos diminuíram o volume de compras procedentes do Haiti. Na percepção das lideranças norte-americanas era inviável, para um país que mantinha a escravatura, estabelecer relações com um país que havia se emancipado por meio da revolta de escravos. O reconhecimento político do Haiti e a normalização das atividades comerciais ocorreram após a abolição da escravatura dos Estados Unidos em 1865.

<sup>9</sup> A maioria dos plebiscitos e referendos da história do Haiti apresentou resultados oficiais bastante duvidosos quando considerados os anseios da população.

<sup>10</sup> O Haiti é uma república parlamentarista.

<sup>11</sup> Constituição do Haiti de 1987. Disponível em:

<<http://pdba.georgetown.edu/Constitutions/Haiti/haiti1987.html>>. Acesso em 29 jan. 2010.

<sup>12</sup> A maioria das FADH (6.200 homens) era do exército, mas não se pode deixar de mencionar a existência de um pequeno número de oficiais da força aérea e da força naval, ainda que suas funções fossem mais restritas pela precariedade da conservação dos equipamentos militares (HAGGERTY, p.391).

<sup>13</sup> Um dos discursos foi proferido na ONU "Os dez mandamentos democráticos" (ARISTIDE, 1995, anexo).

<sup>14</sup> A tradução está adaptada para facilitar a compreensão. O documento "Progresso haitiano rumo à democracia" está disponível em:

<<http://www.un.org/rights/micivih/rapports/progress.htm>>. Acesso em: 07 mar. 2010.

<sup>15</sup> A tradução está adaptada. As siglas em inglês para a *United Nations Mission in Haiti* é UNMIH.

<sup>16</sup> Walter E. Kretchik é professor de História na Universidade de Illinois e serviu ao exército dos Estados Unidos na primeira missão das Nações Unidas no Haiti.

<sup>17</sup> Tradução nossa das informações disponíveis em:

<<http://www.usdoj.gov/criminal/icitap/expertise/historical-miles.html>>. Acesso em: 07 mar. 2010.

<sup>18</sup> Na publicação, a autora não cita os documentos de onde ela conseguiu esses dados, apenas faz referência ao fato alegando que as informações vieram da missão militar dos Estados Unidos. Tal missão militar é a força multinacional a que nos referimos anteriormente nesse estudo cujo comando e controle era dos Estados Unidos sob bandeira da ONU.

<sup>19</sup> Novamente, não há indicação da fonte que a autora utilizou.

<sup>20</sup> Para o conhecimento de algumas atividades: <<http://www.vivario.org.br>>. Acesso em 09 mar. 2011.

<sup>21</sup> Forman sinaliza que a necessidade era de que a MINUHA treinasse 15 mil policiais. Porém, o governo haitiano não tinha condições econômicas de financiar o pagamento de todos os 15 mil policiais. Logo, a MINUHA deixou 5 mil policiais treinados (FORMAN, 2006, p.21). Assim, acreditamos que, mesmo com as outras missões, o número não aumentou consideravelmente.

Artigo recebido em 27/09/2011. Aprovado em 20/01/2011.